

PRIMEIRA-SECRETARIA

Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto nº 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.

Em 09/09/19 às 14 h 22

David
Servidor

882670
Ponto

Átila Guimarães de Almeida
Portador

OFÍCIO Nº 5442 /2019 – MEC

Brasília, 09 de setembro de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados
Palácio do Congresso Nacional, edifício sede, sala 27
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 643/19, de 31 de julho de 2019. Requerimento de Informação nº 866, de 2019, do Deputado Ronaldo Carletto.

Senhora Deputada,

Cumprimentando-a cordialmente, em atenção ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 643/19, de 31 de julho de 2019, que versa sobre o Requerimento de Informação nº 866, de 2019, de autoria do Deputado Ronaldo Carletto, encaminho a Vossa Excelência cópia da Nota Técnica nº 7/2019/DP2/GAB/SE/SE, e anexos, da Secretaria-Executiva (SE/MEC), contendo as informações a respeito do analfabetismo no País.

Na oportunidade, coloco-me à disposição de Vossa Excelência para qualquer esclarecimento adicional que se fizer necessário.

Atenciosamente,


ABRAHAM WEINTRAUB
Ministro de Estado da Educação



Ministério da Educação

NOTA TÉCNICA Nº 7/2019/DP2/GAB/SE/SE

PROCESSO Nº 23123.005125/2019-53

INTERESSADO: RONALDO CARLETTTO - DEPUTADO FEDERAL

1. ASSUNTO

1.1. Atendimento ao Requerimento de Informação nº 866, de 2019.

2. REFERÊNCIAS

2.1. Requerimento de Informação nº 866/2019 (SEI-MEC 1637418).

2.2. [Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014](#) - aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

2.3. [Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019](#) - institui a Política Nacional de Alfabetização.

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. Trata-se do Requerimento de Informação nº 866, de 2019 (SEI-MEC 1596078), de autoria do Deputado Federal Ronaldo Carletto, por intermédio do qual solicita informações a respeito do analfabetismo no país, abordando as políticas públicas destinadas à promoção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e os dados estatísticos atinentes à temática, nos termos a seguir:

1. Quais os parâmetros utilizados pelo ministério para o controle do analfabetismo no país?
2. Qual a taxa de alfabetização para os anos de 2015 a 2019, com dados desagregados por Unidade da Federação e região?
3. Qual a Taxa de analfabetismo funcional para os anos de 2015 a 2019, com dados desagregados por Unidade da Federação e região?
4. Quais políticas públicas federais destinadas à promoção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) existem atualmente e quais seus números?

4. ANÁLISE

4.1. As respostas apresentadas a seguir foram elaboradas com subsídios da Secretaria de Educação Básica e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP.

Questão 1

1. Quais os parâmetros utilizados pelo ministério para o controle do analfabetismo no país?

4.2. **Resposta:** cumpre registrar preliminarmente que, conforme estabelece o art. 214 da Constituição Federal, a erradicação do analfabetismo depende da realização de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), sendo o papel da União, por intermédio deste Ministério da Educação e suas entidades vinculadas, a coordenação da política

nacional de educação e a prestação de apoio técnico e financeiro, de natureza suplementar, aos demais entes federados encarregados constitucional e legalmente da alfabetização de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

4.3. A Meta 9 do Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelece:

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

4.4. Os atuais indicadores relacionados ao analfabetismo, tanto absoluto como funcional, demonstram a necessidade da busca de novos caminhos para nossos educandos de todas as idades, sendo um dos fatores que justificaram a criação, pelo Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, da Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação, bem como a instituição, pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, da Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal.

4.5. Em resumo, os parâmetros utilizados pelo Ministério da Educação consistem no acompanhamento das taxas de analfabetismo em função do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, não perdendo de vista o objetivo maior de erradicar o analfabetismo do território brasileiro, conforme prevê a Constituição Federal.

Questões 2 e 3

2. *Qual a taxa de alfabetização para os anos de 2015 a 2019, com dados desagregados por Unidade da Federação e região?*
3. *Qual a Taxa de analfabetismo funcional para os anos de 2015 a 2019, com dados desagregados por Unidade da Federação e região?*

4.6. **Resposta:** o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, por intermédio do OFÍCIO Nº 0411161/2019/ASS. INSTITUCIONAL/GAB-INEP (SEI-MEC 1686904), apresenta a Nota Técnica nº 6/2019/CGIME/DIREC (SEI-MEC 1686918), o Relatório do 2º Ciclo do Monitoramento das Metas (SEI-MEC 1686929) e as Notas Estatísticas do Censo Escolar 2018 (SEI-MEC 1686932), contendo informações estatísticas produzidas por aquela Autarquia, relacionadas aos questionamentos formulados.

Questão 4

4. *Quais políticas públicas federais destinadas à promoção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) existem atualmente e quais seus números?*

4.7. **Resposta:** a Secretaria de Educação Básica, por intermédio da NOTA TÉCNICA Nº 102/2019/DPR/SEB/SEB (SEI-MEC 1645127), se manifesta nos seguintes termos:

2.2 Em relação ao item 4, que indaga "quais políticas públicas federais destinadas à promoção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) existem atualmente e quais seus números", cumpre informar que, nos últimos anos, o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação - MEC a essa modalidade de ensino vem ocorrendo por meio dos programas Brasil Alfabetizado - PBA, Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem e o Programa Nacional de Integração da Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Projeja, além do apoio federal para abertura e manutenção de novas turmas de EJA. Até 2018 a política nacional de Educação de Jovens e Adultos era de responsabilidade da

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi deste Ministério, extinta no início da atual gestão governamental, por meio do Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019. Com a extinção da Secadi, a política de EJA fica sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica - SEB, que, no primeiro semestre de 2019, empreendeu esforços para propor o redesenho de ações e programas de EJA. O principal desafio da política de EJA é o cumprimento da Meta 10 do Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que soma à elevação do nível de escolaridade de jovens e adultos - missão da EJA - a integração com outra modalidade de ensino, a Educação Profissional e Tecnológica - EPT, a fim de ofertar também oportunidade de qualificação profissional para os estudantes da EJA. Em 2017, do total de 3,59 milhões de matrículas na Educação de Jovens e Adultos, 54.502 matrículas foram ofertadas de forma articulada à EPT, o que representa apenas 1,5% das matrículas da EJA, conforme dados do Censo da Educação Básica. O baixo percentual da oferta da EJA integrada à EPT exige deste Ministério o apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para fortalecimento de ações que favoreçam a articulação e integração entre as duas modalidades de ensino. Nesse sentido, a SEB deve lançar o "Programa EJA Integrada" para promover a articulação entre escolas de EJA e diversos parceiros que ofertam a Educação Profissional e Tecnológica, fortalecendo a cooperação entre União e estados, municípios e o Distrito Federal. A proposta de ato normativo está em construção pela SEB para subsequente exame da área jurídica deste Ministério. No âmbito do MEC, a SEB e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec, responsável pela política de EPT, têm buscado maior aproximação com o intuito de ampliar a oferta de EJA e EPT. Ademais, a SEB elaborou o planejamento estratégico com a participação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime e do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed, denominado de "Compromisso Nacional pela Educação Básica", que foi apresentado à sociedade em 11 de julho de 2019.

5. CONCLUSÃO

5.1. Conclui-se que as respostas consignadas nesta Nota Técnica e seus anexos atendem ao questionamento formulado por intermédio do Requerimento de Informação nº 866/2019, motivo pelo qual submete-se a sugestão de que seja enviada à Assessoria Parlamentar - ASPAR/GM, para as providências de sua competência.

Manoel Gomes Marciapé Neto
Assessor da Secretaria-Executiva

De acordo. À consideração da Sra. Secretária-Executiva Adjunta.

CAROLINA CRISTINA MARTINS CAVALCANTE
Diretora de Programa da Secretaria-Executiva

Aprovo. Encaminhe-se à Assessoria Parlamentar - ASPAR/GM, para providências.

MARIA FERNANDA NOGUEIRA BITTENCOURT
Secretária-Executiva Adjunta



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Gomes Marciapé Neto, Assessor(a)**, em 30/08/2019, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.

Documento assinado eletronicamente por **Carolina Cristina Martins Cavalcante, Diretor de Programa**,



em 30/08/2019, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Fernanda Nogueira Bittencourt, Secretário(a) Executivo(a) Adjunto**, em 30/08/2019, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1695204** e o código CRC **4541BBC3**.

Referência: Processo nº 23123.005125/2019-53

SEI nº 1695204



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

NOTA TÉCNICA Nº 6/2019/CGIME/DIREC

PROCESSO Nº 23123.005125/2019-53

1. ASSUNTO

1.1. A presente Nota Técnica trata do fornecimento de informações referentes ao analfabetismo funcional no País, em resposta ao requerimento de informação nº 866, de 2019, do Deputado Federal Ronaldo Carletto.

2. REFERÊNCIAS

2.1. Requerimento de informação nº 866, de 2019, do Deputado Federal Ronaldo Carletto.

2.2. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação.

2.3. Relatório do 2º Ciclo do Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2018.

2.4. Notas Estatísticas do Censo Escolar - 2018.

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. São requeridas pela Assessoria Parlamentar do Deputado Federal Ronaldo Carletto as seguintes informações:

3.2. 1. Quais os parâmetros utilizados pelo ministério para o controle do analfabetismo no país.

3.3. 2. Qual a taxa de alfabetização para os anos de 2015 a 2019, com dados desagregados por Unidade da Federação e região.

3.4. 3. Qual a Taxa de analfabetismo funcional para os anos de 2015 a 2019, com dados desagregados por Unidade da Federação e região

3.5. 4. Quais políticas públicas federais destinadas à promoção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) existem atualmente e quais seus números.

4. ANÁLISE

4.1. As informações aqui prestadas tem por base os trabalhos de monitoramento do Plano Nacional de Educação, executados na Diretoria de Estudos Educacionais (DIREC), do Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira.

4.2. Assim, no que cabe às atribuições deste Instituto, cumpre informar que os critérios conceituais utilizados pelo Inep se correlacionam aos utilizados pelo IBGE, e sua metodologia e cálculo está descrita a seguir: "Com base nas definições adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera-se alfabetizada a pessoa que declara saber ler e escrever e analfabeto funcional a pessoa com 15 anos ou mais de idade que possui menos de quatro anos de escolaridade ou que declara não saber ler e escrever. Para o cálculo da taxa de analfabetismo funcional, cuja meta consiste em uma redução em 50% até 2024, adotou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) anual de 2012 como referência. Como a taxa de analfabetismo funcional nesse ano foi de 18,3%,

4.3. A seguir, são apresentadas as taxas de alfabetização dos anos 2012-2017 e de analfabetismo funcional dos anos 2012-2016, com dados desagregados por Unidade da Federação e Região, bem como as taxas de analfabetismo funcional para o mesmo período. Esta Diretoria ainda não dispõe dos dados referentes aos anos 2018/2019, haja vista que aguarda a publicação da Pnad contínua/IBGE, a ocorrer no início do próximo ano.

GRÁFICO 1 Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por Brasil e grande região – 2012-2017

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2012-2017).

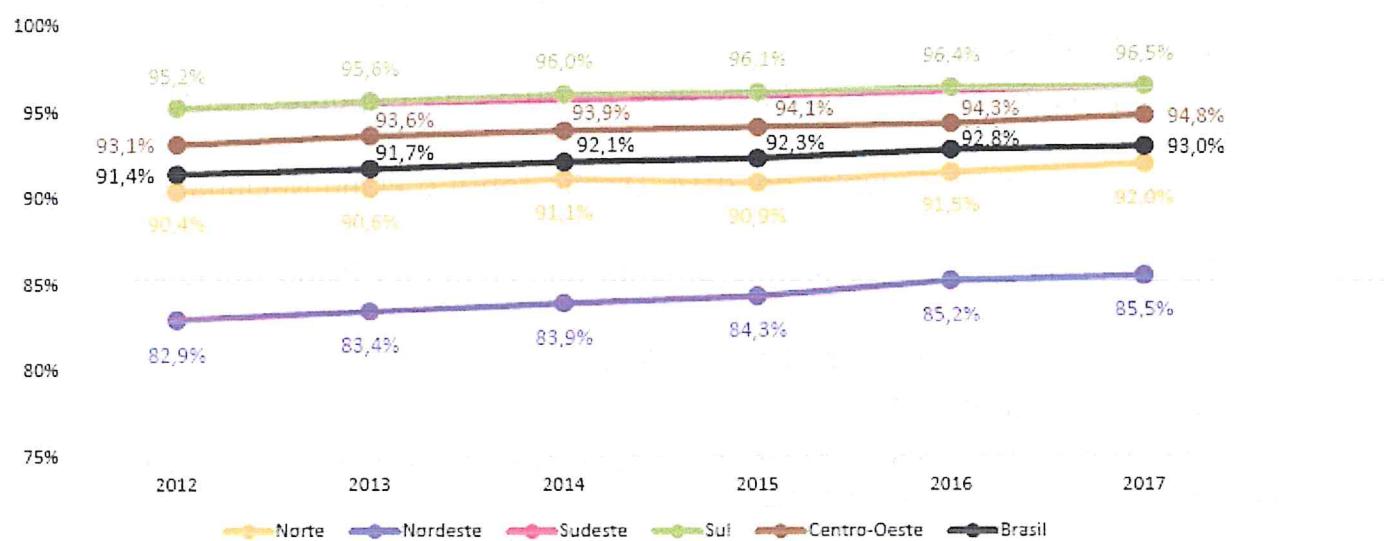


TABELA 1 Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por Brasil, grande região e unidade da Federação – 2012-2017

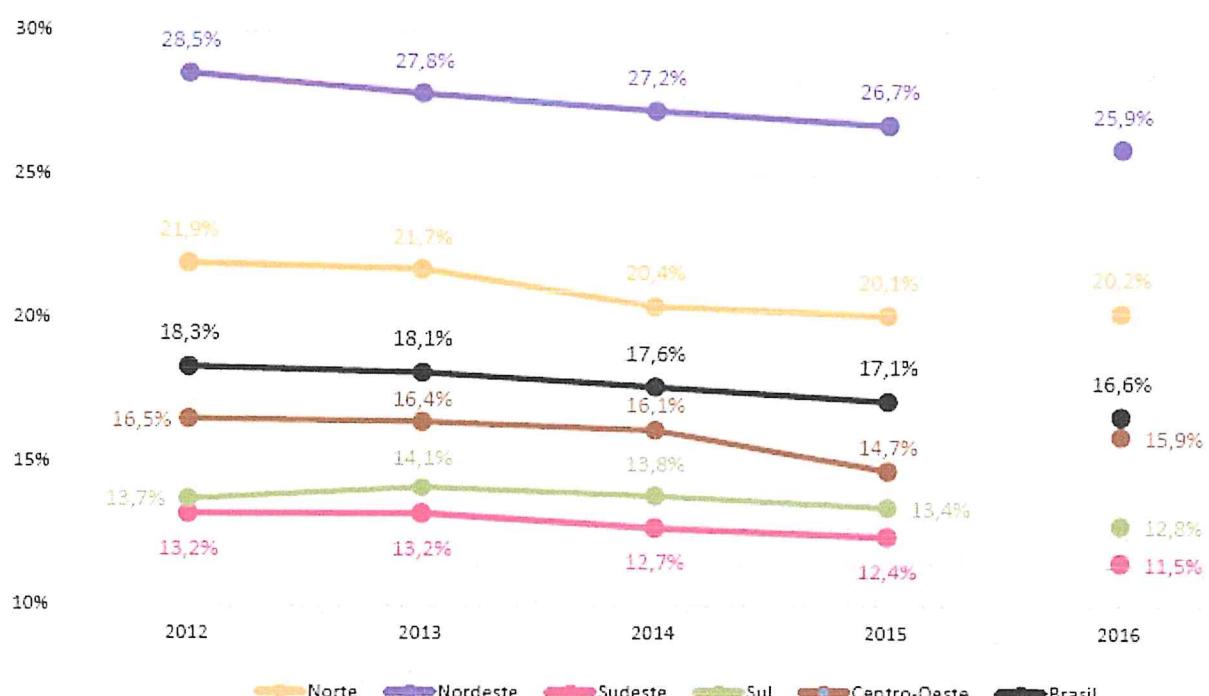
Brasil/Região/UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	91,4%	91,7%	92,1%	92,3%	92,8%	93,0%
Norte	90,4%	90,6%	91,1%	90,9%	91,5%	92,0%
Rondônia	90,9%	91,9%	91,2%	92,2%	93,3%	92,8%
Acre	86,2%	85,2%	85,5%	86,5%	86,9%	87,9%
Amazonas	92,5%	92,8%	92,9%	92,2%	93,1%	93,8%
Roraima	93,1%	93,3%	93,3%	93,4%	93,4%	94,0%
Pará	89,8%	90,0%	91,0%	90,3%	90,7%	91,4%
Amapá	93,0%	91,5%	93,0%	93,5%	95,0%	95,0%
Tocantins	87,6%	88,1%	88,3%	89,2%	89,6%	89,8%
Nordeste	82,9%	83,4%	83,9%	84,3%	85,2%	85,5%
Maranhão	80,8%	81,6%	82,1%	81,4%	83,3%	83,3%
Piauí	79,6%	79,9%	80,7%	80,3%	82,8%	83,4%
Ceará	82,9%	83,5%	83,8%	83,8%	84,8%	85,8%
Rio Grande do Norte	83,4%	84,3%	84,4%	85,1%	85,3%	86,5%

Brasil/Região/UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Paraíba	81,1%	80,3%	81,5%	82,2%	83,7%	83,5%
Pernambuco	85,1%	85,2%	85,9%	86,1%	87,2%	86,6%
Alagoas	79,9%	80,6%	80,6%	80,6%	80,6%	81,8%
Sergipe	83,5%	84,5%	85,0%	86,1%	85,3%	85,5%
Bahia	83,9%	84,7%	85,3%	86,5%	87,0%	87,3%
Sudeste	95,2%	95,5%	95,7%	95,9%	96,2%	96,5%
Minas Gerais	91,9%	92,2%	93,0%	93,2%	93,8%	94,0%
Espírito Santo	92,6%	92,8%	93,5%	93,4%	93,8%	94,5%
Rio de Janeiro	96,7%	96,8%	96,5%	97,1%	97,3%	97,5%
São Paulo	96,4%	96,7%	96,8%	96,9%	97,2%	97,4%
Sul	95,2%	95,6%	96,0%	96,1%	96,4%	96,5%
Paraná	93,9%	94,2%	95,0%	95,0%	95,5%	95,4%
Santa Catarina	96,3%	96,7%	96,7%	97,0%	97,2%	97,4%
Rio Grande do Sul	95,8%	96,2%	96,4%	96,6%	96,8%	97,0%
Centro-Oeste	93,1%	93,6%	93,9%	94,1%	94,3%	94,8%
Mato Grosso do Sul	92,1%	93,2%	93,5%	92,9%	93,7%	95,0%
Mato Grosso	91,8%	93,1%	92,6%	93,4%	93,5%	93,5%
Goiás	92,7%	92,5%	93,3%	93,5%	93,5%	94,1%
Distrito Federal	96,4%	97,3%	96,9%	97,2%	97,4%	97,5%

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2012-2017).

GRÁFICO 2 Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade – por Brasil e grande região – 2012-2016

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2012-2015) e Pnad contínua /IBGE (2016).



TARFIA 2 Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade

Brasil/ Região/UF	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	18,3%	18,1%	17,6%	17,1%	16,6%
Norte	21,9%	21,7%	20,4%	20,1%	20,2%
Rondônia	20,1%	21,1%	19,5%	19,6%	21,9%
Acre	22,9%	26,3%	24,9%	25,5%	24,6%
Amazonas	18,0%	18,4%	15,4%	15,1%	17,2%
Roraima	12,9%	17,4%	14,1%	13,7%	16,3%
Pará	24,6%	23,4%	23,2%	22,5%	21,2%
Amapá	16,3%	17,1%	14,0%	14,3%	13,9%
Tocantins	24,0%	22,3%	22,6%	22,0%	22,3%
Nordeste	28,5%	27,8%	27,2%	26,7%	25,9%
Maranhão	31,0%	31,3%	28,7%	28,8%	27,6%
Piauí	33,6%	32,4%	32,3%	29,6%	28,6%
Ceará	28,1%	26,7%	26,4%	27,1%	26,8%
Rio Grande do Norte	24,1%	25,7%	26,0%	22,7%	23,1%
Paraíba	28,8%	29,3%	27,9%	27,1%	26,4%
Pernambuco	26,3%	24,5%	23,9%	24,6%	23,3%
Alagoas	32,5%	32,4%	32,6%	29,9%	29,9%
Sergipe	26,7%	27,0%	27,5%	26,3%	25,5%
Bahia	27,9%	26,8%	26,7%	25,9%	25,4%
Sudeste	13,2%	13,2%	12,7%	12,4%	11,5%
Minas Gerais	17,9%	17,7%	17,4%	16,8%	15,4%
Espírito Santo	15,3%	16,0%	15,4%	15,6%	15,3%
Rio de Janeiro	11,6%	11,7%	10,9%	10,9%	10,2%
São Paulo	11,5%	11,4%	11,0%	10,5%	9,9%
Sul	13,7%	14,1%	13,8%	13,4%	12,8%
Paraná	15,9%	15,6%	15,7%	15,4%	15,7%
Santa Catarina	11,2%	12,3%	11,5%	11,8%	11,2%
Rio Grande do Sul	13,2%	13,7%	13,3%	12,4%	11,0%
Centro-Oeste	16,5%	16,4%	16,1%	14,7%	15,9%
Mato Grosso do Sul	18,6%	18,7%	17,4%	17,0%	17,7%
Mato Grosso	18,5%	18,1%	18,3%	17,5%	19,2%
Goiás	17,5%	17,5%	17,6%	15,0%	16,6%
Distrito Federal	10,0%	9,8%	9,0%	9,1%	9,3%

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2012-2015) e Pnad contínua/IBGE (2016).

4.4. As políticas públicas federais destinadas à promoção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são elaboradas e executadas pelo Ministério da Educação, cabendo a ele fomentar as matrículas e o financiamento para esta modalidade. O Inep dispõe, contudo, dos seguintes dados de matrículas dos últimos anos, de acordo com as Notas Estatísticas do Censo Escolar 2018 (Inep, 2019).

Tabela 3 Número de matrículas da educação de jovens e adultos -2014-2018

Ano	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA					
	Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2014	3.653.530	3.446.332	12.998	1.863.355	1.569.979	207.198
2015	3.491.869	3.236.872	11.892	1.761.943	1.463.037	254.997
2016	3.482.174	3.273.439	11.813	1.917.220	1.344.406	208.735
2017	3.598.716	3.380.008	12.611	1.970.961	1.396.436	218.708
2018	3.545.988	3.324.356	13.023	1.956.621	1.354.712	221.632

DOCUMENTOS RELACIONADOS:

4.5. 4.5 . Relatório do 2º Ciclo do Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2018 (SEI nº 0405428).

4.6. 4.6 Notas Estatísticas do Censo Escolar 2018. (SEI nº 0409934).

5. CONCLUSÃO

5.1. Conforme publicado por esta Diretoria no Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2018, no ano 2017, a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade do País foi de 93,0%, estando 0,5 p.p. abaixo da meta estabelecida para o ano de 2015 e 7,0 p.p. abaixo da proposta para 2024.

5.2. As taxas de alfabetização nas regiões Nordeste (85,5%) e Norte (92,0%) foram as menores, em 2017, mantendo-se abaixo da taxa do País em todo o período, ao contrário daquelas verificadas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. 3. As taxas de alfabetização em todos os estados da região Nordeste, bem como no Acre e no Tocantins, não chegaram a 90%, em 2017.

5.3. As taxas de alfabetização dos residentes nas áreas rurais (82,3%) mantiveram-se menores que as dos residentes nas áreas urbanas (94,8%), em 2017.

5.4. Persiste ainda a desigualdade entre as taxas de alfabetização de negros (90,7%) e brancos (96,0%), embora a diferença tenha diminuído no período de 2012 a 2017.

5.5. Prevalece também a desigualdade com relação à taxa de alfabetização dos 25% mais pobres (88,0%) e dos 25% mais ricos (98,0%), em 2016.

5.6. A taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade (Indicador 9B) seguiu uma tendência de queda no período de 2012 a 2015. Em 2016, ela atingiu 16,6%, distante, portanto, 7,4 p.p. da meta estabelecida para 2024 (9,2%).

5.7. As taxas de analfabetismo funcional nas regiões Norte e Nordeste foram as mais elevadas em 2016 (20,2% e 25,9%, respectivamente), mantendo-se acima da taxa nacional.

5.8. Todos os estados das regiões Sul e Sudeste atingiram, em 2016, taxas de analfabetismo funcional abaixo daquela observada para o País (16,6%), enquanto os estados do Nordeste apresentaram taxas superiores a 23,0%. Alagoas e Piauí registraram as maiores taxas: 29,9% e 28,6%, respectivamente, e Distrito Federal e São Paulo as menores: 9,3% e 9,9%, respectivamente.

5.9. As taxas de analfabetismo funcional dos residentes nas áreas rurais (34,5%) e dos negros (20,7%), em 2016, são significativamente maiores que as dos residentes nas áreas urbanas (13,7%) e dos brancos (11,8%), respectivamente.

taxa de analfabetismo funcional do grupo dos mais pobres é quatro vezes maior do que a do grupo dos mais ricos. Não obstante, a diferença entre esses grupos caiu 5,0 p.p., entre 2012 a 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Moraes**,
Coordenador(a) - Geral, em 19/08/2019, às 14:37, conforme horário oficial
de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.inep.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.inep.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o
código verificador **0409915** e o código CRC **403975B9**.

Referência: Processo nº 23123.005125/2019-53

SEI nº 0409915



Ministério da Educação

NOTA TÉCNICA Nº 102/2019/DPR/SEB/SEB

PROCESSO Nº 23123.005125/2019-53

INTERESSADO: DEPUTADO FEDERAL RONALDO CARLETTTO

ASSUNTO

0.1. Requerimento de Informação nº 866, de 2019 - Informações a respeito do analfabetismo no país.

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1.1. Trata-se de análise do Requerimento de Informação nº 866, de 2019, de autoria do Deputado Federal Ronaldo Carletto, o qual "Requer informações ao (sic) Poder Executivo a respeito do analfabetismo no país", apresentando as indagações a seguir.

1. Quais os parâmetros utilizados pelo ministério (sic) para o controle do analfabetismo no país?
2. Qual a taxa de alfabetização para os anos de 2015 a 2009, com dados desagregados por Unidade da Federação e região?
3. Qual a Taxa (sic) de analfabetismo funcional para os anos de 2015 a 2019, com dados desagregados por Unidade da Federação e região?
4. Quais políticas públicas federais destinadas à promoção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) existem atualmente e quais seus números?

2. ANÁLISE

2.1. Conforme o disposto no §2º do art. 50 da Constituição Federal - CF "As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas", a Secretaria de Educação Básica - SEB, por meio de sua Diretoria de Políticas e Regulação DPR/SEB, no que tange as suas competências, tece as considerações ao item 4 do Requerimento em epígrafe.

2.2. Em relação ao item 4, que indaga "quais políticas públicas federais destinadas à promoção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) existem atualmente e quais seus números", cumpre informar que, nos últimos anos, o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação - MEC a essa modalidade de ensino vem ocorrendo por meio dos programas Brasil Alfabetizado - PBA, Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem e o Programa Nacional de Integração da Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Projeja, além do apoio federal para abertura e manutenção de novas turmas de EJA. Até 2018 a política nacional de Educação de Jovens e Adultos era de responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi deste Ministério, extinta no início da atual gestão governamental, por meio do Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019. Com a extinção da Secadi, a política de EJA fica sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica - SEB, que, no primeiro semestre de 2019, empreendeu esforços para propor o redesenho de ações e programas de EJA. O principal desafio da política de EJA é o cumprimento da Meta 10 do Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que soma à elevação do nível de escolaridade de jovens e adultos - missão da EJA - a integração com outra modalidade de ensino, a Educação Profissional e Tecnológica - EPT, a fim de ofertar também oportunidade de qualificação profissional para os estudantes da EJA. Em 2017, do total de

3,59 milhões de matrículas na Educação de Jovens e Adultos, 54.502 matrículas foram ofertadas de forma articulada à EPT, o que representa apenas 1,5% das matrículas da EJA, conforme dados do Censo da Educação Básica. O baixo percentual da oferta da EJA integrada à EPT exige deste Ministério o apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para fortalecimento de ações que favoreçam a articulação e integração entre as duas modalidades de ensino. Nesse sentido, a SEB deve lançar o "Programa EJA Integrada" para promover a articulação entre escolas de EJA e diversos parceiros que ofertam a Educação Profissional e Tecnológica, fortalecendo a cooperação entre União e estados, municípios e o Distrito Federal. A proposta de ato normativo está em construção pela SEB para subsequente exame da área jurídica deste Ministério. No âmbito do MEC, a SEB e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec, responsável pela política de EPT, têm buscado maior aproximação com o intuito de ampliar a oferta de EJA e EPT. Ademais, a SEB elaborou o planejamento estratégico com a participação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime e do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed, denominado de "Compromisso Nacional pela Educação Básica", que foi apresentado à sociedade em 11 de julho de 2019.

3. CONCLUSÃO

3.1. Em face do exposto, a SEB, por meio da DPR/SEB, no que tange as suas competências, considera atendida a solicitação, requerida pelo Deputado Federal Ronaldo Carletto, por meio do Requerimento de Informação nº 866, de 2019.

Brasília, 24 de julho de 2019.

WISLEY JOÃO PEREIRA
Diretor de Políticas e Regulação da Educação Básica

De acordo. Encaminhe-se à ASPAR/GM.

MARIANA FRAGA SOARES MUÇOUÇAH
Secretaria de Educação Básica - Substituta



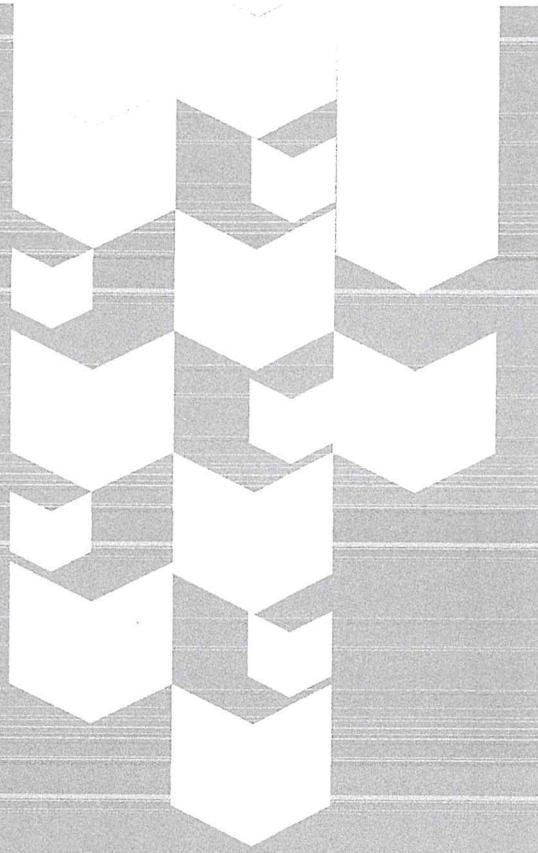
Documento assinado eletronicamente por **Wisley João Pereira, Diretor(a)**, em 24/07/2019, às 20:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Fraga Soares Muçouçah, Secretário(a), Substituto(a)**, em 25/07/2019, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.

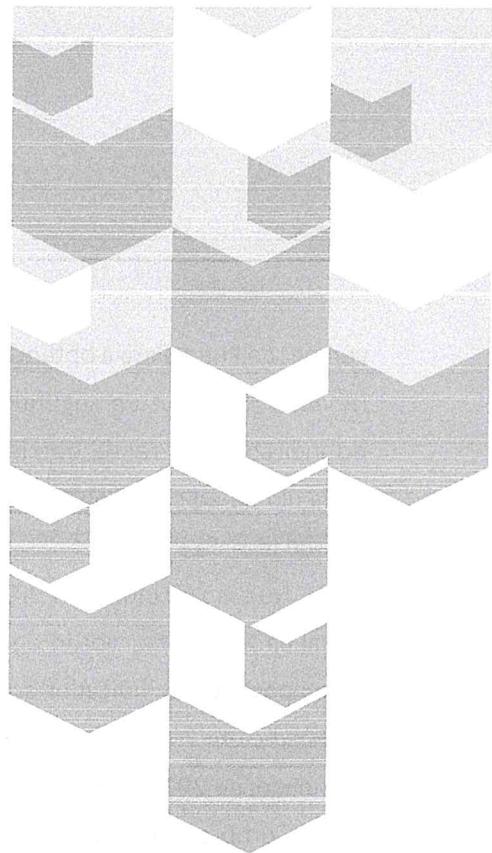


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1645127** e o código CRC **C6127C9C**.



META 9

ELEVAR A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 15 (QUINZE) ANOS OU MAIS PARA 93,5% (NOVENTA E TRÊS INTEIROS E CINCO DÉCIMOS POR CENTO) ATÉ 2015 E, ATÉ O FINAL DA VIGÊNCIA DESTE PNE, ERRADICAR O ANALFABETISMO ABSOLUTO E REDUZIR EM 50% (CINQUENTA POR CENTO) A TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL.



A Meta 9 do Plano Nacional de Educação (PNE) tem como objetivos: (i) elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais, alcançando 93,5% até 2015 e garantindo a erradicação do analfabetismo absoluto até o final da vigência do Plano; e (ii) reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional, até 2024. Para o monitoramento dessa meta, consideraram dois indicadores:

- *Indicador 9A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.*
- *Indicador 9B: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.*

Com base nas definições adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera-se alfabetizada a pessoa que declara saber ler e escrever e analfabeta funcional a pessoa com 15 anos ou mais de idade que possui menos de quatro anos de escolaridade ou que declara não saber ler e escrever. Para o cálculo da taxa de analfabetismo funcional, cuja meta consiste em uma redução em 50% até 2024, adotou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) anual de 2012 como referência. Como a taxa de analfabetismo funcional nesse ano foi de 18,3%, atingir a meta do PNE significa reduzir essa taxa para 9,2% até 2024 (Brasil. Inep, 2016).

Neste relatório, apresenta-se a série histórica dos Indicadores 9A e 9B no período de 2012 a 2017, bem como desagregações por grandes regiões, unidades da Federação, localização, sexo, cor/raça e renda, a fim de possibilitar a compreensão mais detalhada dos desafios que se colocam à consecução da Meta 9.

Cabe ressaltar que, em função das mudanças empreendidas pelo IBGE em suas pesquisas domiciliares durante o período considerado, as estimativas realizadas se apoiaram em duas



versões da Pnad. Para a obtenção dos valores relativos ao Indicador 9A, utilizou-se a Pnad contínua (Pnad-c) referente ao segundo trimestre de cada ano, de 2012 a 2017. Para a desagregação do indicador por renda domiciliar *per capita*, no entanto, foi necessário recorrer à Pnad anual (cuja última edição aconteceu em 2015), haja vista que essa variável não foi disponibilizada nos microdados da Pnad-c.

No caso do Indicador 9B, as estimativas também recorreram tanto à Pnad-c quanto à versão anual da Pnad. Essa opção decorre da necessidade de utilizar a variável “anos de estudo” para a composição do indicador sobre analfabetismo funcional, que só passou a ser disponibilizada na Pnad-c em 2016, por meio do Suplemento Anual de Educação. Desse modo, o Indicador 9B é calculado, de 2012 a 2015, com os dados da Pnad anual e, em 2016, com os da Pnad-c.

Cumpre ainda registrar que, embora as duas pesquisas se refiram à mesma população, elas possuem desenhos amostrais distintos. Assim, as variações nas estimativas dos indicadores calculados com base na Pnad anual (2012-2015) e na Pnad-c (2016) devem ser consideradas com cautela, podendo apresentar inclusive pequenas diferenças em relação aos valores informados no *Relatório do 1º ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2014-2016*.

ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE

Indicador 9A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.

Meta: Taxa de alfabetização igual a 93,5% em 2015 e 100% até 2024.

A taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade no Brasil seguiu uma tendência de aumento, saindo de um patamar de 91,4%, em 2012, para 93,0%, em 2017. Portanto, a meta de 93,5%, que deveria ter sido obtida em 2015, ainda não foi alcançada em 2017, como mostra o Gráfico 1. Para que a meta estabelecida para 2024 seja atingida, faltam ainda 7,0 pontos percentuais (p.p.).

Verifica-se, no Gráfico 1, que durante todo o período de 2012 a 2017, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram taxas de alfabetização acima do resultado do Brasil, ao passo que as regiões Norte e Nordeste ficaram abaixo.



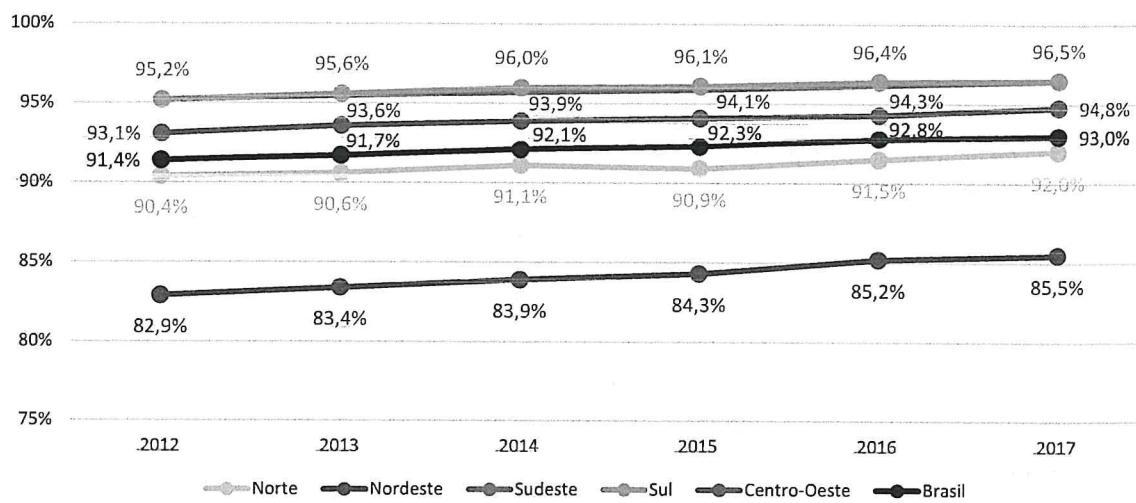


GRÁFICO 1 Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por Brasil e grande região – 2012-2017

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2012-2017).

A análise por unidades da Federação (Tabela 1) evidencia que, em 2017, na região Norte, os estados do Acre e do Tocantins obtiveram os menores percentuais de alfabetizados na faixa etária de 15 anos ou mais de idade: 87,9% e 89,8%, respectivamente. Além disso, percebe-se que todos os estados da região Nordeste não chegaram a uma taxa de alfabetização de 90% e Alagoas exibiu, em 2017, o menor percentual de população alfabetizada do País: 81,8%. Já os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, bem como três estados da região Norte (Amazonas, Amapá e Roraima), atingiram, em 2017, taxas de alfabetização maiores que 93,0%.

TABELA 1 Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por Brasil, grande região e unidade da Federação – 2012-2017

(continua)

Brasil/Região/UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	91,4%	91,7%	92,1%	92,3%	92,8%	93,0%
Norte	90,4%	90,6%	91,1%	90,9%	91,5%	92,0%
Rondônia	90,9%	91,9%	91,2%	92,2%	93,3%	92,8%
Acre	86,2%	85,2%	85,5%	86,5%	86,9%	87,9%
Amazonas	92,5%	92,8%	92,9%	92,2%	93,1%	93,8%
Roraima	93,1%	93,3%	93,3%	93,4%	93,4%	94,0%
Pará	89,8%	90,0%	91,0%	90,3%	90,7%	91,4%
Amapá	93,0%	91,5%	93,0%	93,5%	95,0%	95,0%
Tocantins	87,6%	88,1%	88,3%	89,2%	89,6%	89,8%
Nordeste	82,9%	83,4%	83,9%	84,3%	85,2%	85,5%
Maranhão	80,8%	81,6%	82,1%	81,4%	83,3%	83,3%
Piauí	79,6%	79,9%	80,7%	80,3%	82,8%	83,4%
Ceará	82,9%	83,5%	83,8%	83,8%	84,8%	85,8%
Rio Grande do Norte	83,4%	84,3%	84,4%	85,1%	85,3%	86,5%



TABELA 1 Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por Brasil, grande região e unidade da Federação – 2012-2017

Brasil/Região/UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	(conclusão)
Paraíba	81,1%	80,3%	81,5%	82,2%	83,7%	83,5%	
Pernambuco	85,1%	85,2%	85,9%	86,1%	87,2%	86,6%	
Alagoas	79,9%	80,6%	80,6%	80,6%	80,6%	81,8%	
Sergipe	83,5%	84,5%	85,0%	86,1%	85,3%	85,5%	
Bahia	83,9%	84,7%	85,3%	86,5%	87,0%	87,3%	
Sudeste	95,2%	95,5%	95,7%	95,9%	96,2%	96,5%	
Minas Gerais	91,9%	92,2%	93,0%	93,2%	93,8%	94,0%	
Espírito Santo	92,6%	92,8%	93,5%	93,4%	93,8%	94,5%	
Rio de Janeiro	96,7%	96,8%	96,5%	97,1%	97,3%	97,5%	
São Paulo	96,4%	96,7%	96,8%	96,9%	97,2%	97,4%	
Sul	95,2%	95,6%	96,0%	96,1%	96,4%	96,5%	
Paraná	93,9%	94,2%	95,0%	95,0%	95,5%	95,4%	
Santa Catarina	96,3%	96,7%	96,7%	97,0%	97,2%	97,4%	
Rio Grande do Sul	95,8%	96,2%	96,4%	96,6%	96,8%	97,0%	
Centro-Oeste	93,1%	93,6%	93,9%	94,1%	94,3%	94,8%	
Mato Grosso do Sul	92,1%	93,2%	93,5%	92,9%	93,7%	95,0%	
Mato Grosso	91,8%	93,1%	92,6%	93,4%	93,5%	93,5%	
Goiás	92,7%	92,5%	93,3%	93,5%	93,5%	94,1%	
Distrito Federal	96,4%	97,3%	96,9%	97,2%	97,4%	97,5%	

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2012-2017).

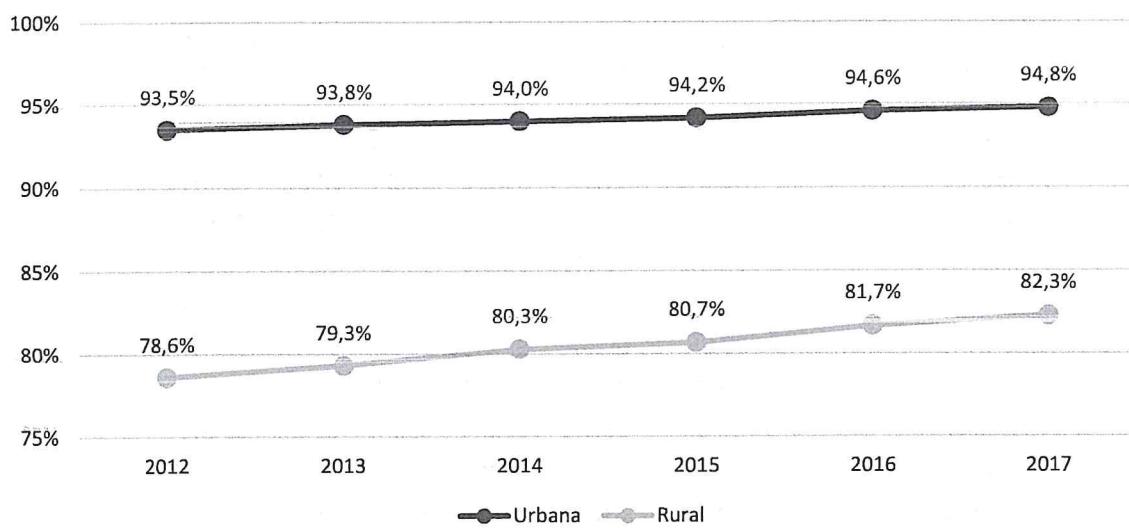


GRÁFICO 2 Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por localização de residência – Brasil – 2012-2017

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2012-2017).

Em relação à localização de residência, em 2017, a taxa de alfabetização da área urbana (94,8%) foi maior que a da área rural (82,3%). A desigualdade entre ambos, no período de 2012 a 2017, apresentou uma redução de 2,4 p.p., passando de 14,9 p.p. para 12,5 p.p.

A comparação entre as taxas de alfabetização das categorias de cor/raça revela uma situação de desigualdade entre negros e brancos, embora a diferença entre as taxas desses grupos tenha diminuído 1,5 p.p. (de 6,8 p.p., em 2012, para 5,3 p.p., em 2017), como expõe o Gráfico 3.

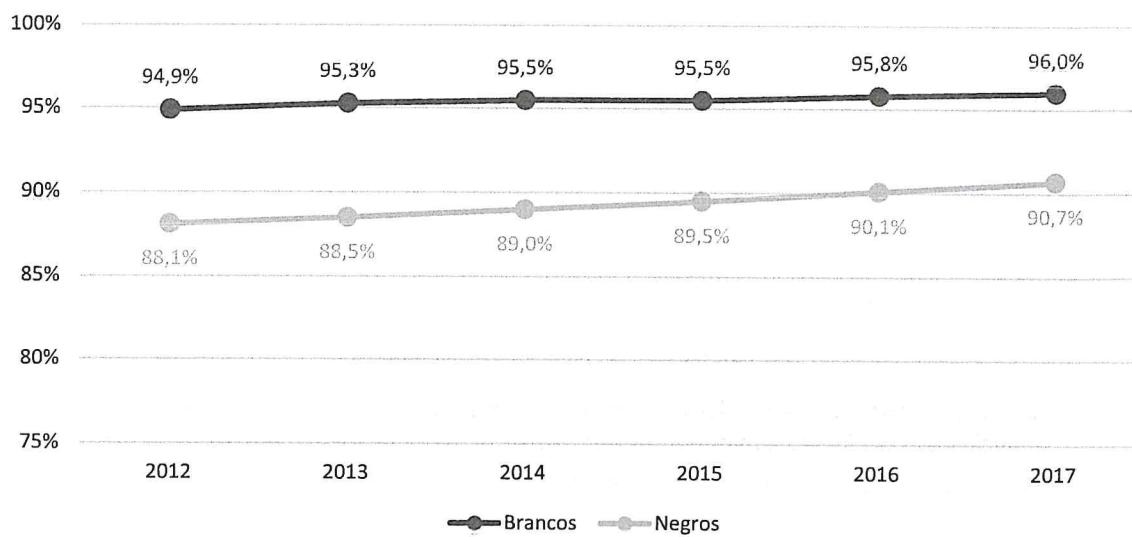


GRÁFICO 3 Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por cor/raça – Brasil – 2012-2017

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2012-2017).

No tocante ao sexo – feminino e masculino –, não houve diferenças significativas entre as taxas de alfabetização no período: em 2012, ambas as taxas foram próximas de 91% e, em 2017, de 93%.

Ao se compararem as taxas de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade de acordo com a renda domiciliar *per capita*, lança-se luz sobre a forte desigualdade existente. No Gráfico 4, segundo a Pnad anual, a série histórica de 2012 a 2015 mostra que a diferença entre a taxa de alfabetização da população pertencente ao estrato de renda dos 25% mais ricos e a do estrato dos 25% mais pobres apresentou uma tendência de diminuição de 3,0 p.p. (de 12,7 p.p., em 2012, para 9,7 p.p., em 2015). Em 2016, quando se inicia uma nova série histórica, dada pela Pnad contínua, houve uma diferença de 10,0 p.p. entre a taxa de alfabetização dos 25% mais ricos e a dos 25% mais pobres.



META 9

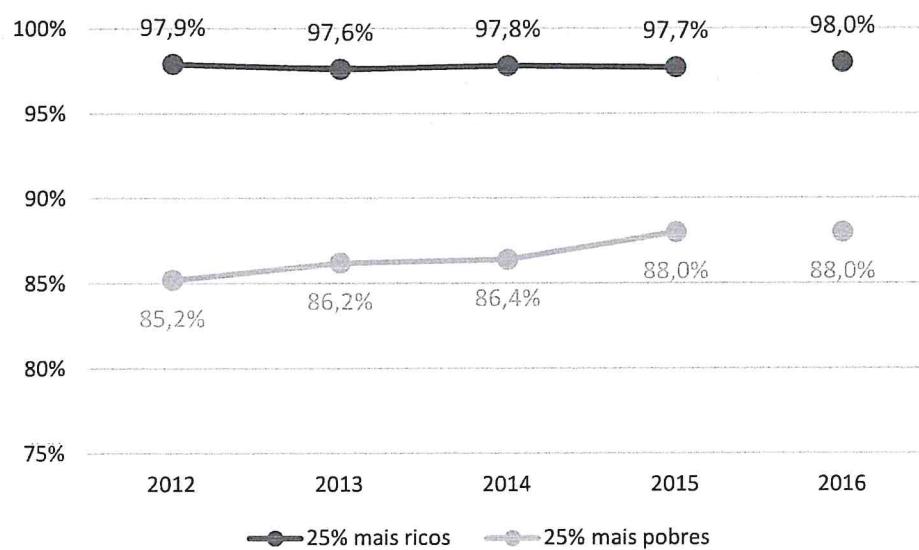


GRÁFICO 4 Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por renda mensal domiciliar *per capita* (25% mais pobres e 25% mais ricos) – Brasil – 2012-2016

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2012-2015) e Pnad contínua/IBGE (2016).

ANALFABETISMO FUNCIONAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE

Indicador 9B: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.

Meta: Taxa de analfabetismo funcional igual a ou menor que 9,2% em 2024.

Os dados do Gráfico 5 evidenciam que no Brasil e em todas as grandes regiões o percentual de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade seguiu uma tendência de queda no período de 2012 a 2015. Em 2016, em virtude da descontinuidade da Pnad-anual, iniciou-se uma nova série histórica, segundo a qual a taxa de analfabetismo funcional para o Brasil (Indicador 9B) é de 16,6%. Para que a meta de redução dessa taxa para 9,2% seja alcançada em 2024, será necessário que ocorra uma diminuição de 7,4 p.p. na taxa de analfabetismo funcional do País. Em 2016, verifica-se que as regiões Norte e Nordeste continuaram a apresentar taxas acima da nacional (20,2% e 25,9%, respectivamente).



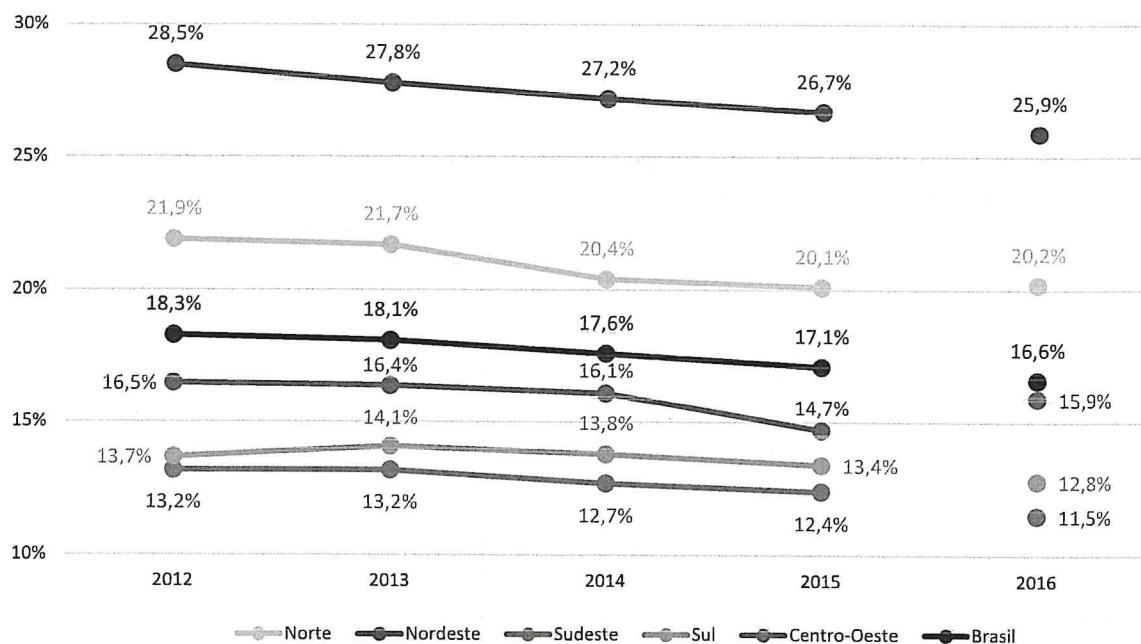


GRÁFICO 5 Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade – por Brasil e grande região – 2012-2016

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2012-2015) e Pnad contínua /IBGE (2016).

Analisando as taxas de analfabetismo funcional das unidades da Federação (Tabela 2), os maiores desafios se colocam, como já indicava a desagregação por grandes regiões, para os estados do Norte e do Nordeste. Em 2016, todos os estados do Nordeste apresentaram taxas de analfabetismo funcional superiores a 23,0%, com Alagoas e Piauí tendo os maiores percentuais: 29,9% e 28,6%, respectivamente. Na região Norte, o maior percentual de analfabetismo funcional foi constatado nos estados do Acre (24,6%) e de Tocantins (22,3%).

Todos os estados das regiões Sul e Sudeste obtiveram, em 2016, taxas de analfabetismo funcional abaixo da nacional (16,6%), enquanto que os três estados da região Centro-Oeste exibiram taxas iguais ou superiores à nacional: Mato Grosso do Sul (17,7%), Goiás (16,6%) e Mato Grosso (19,2%). O Distrito Federal foi a unidade da Federação com a menor taxa de analfabetismo funcional (9,3%), seguido por São Paulo (9,9%).

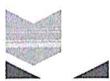


META 9

TABELA 2 Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade, por Brasil, grande região e unidade da Federação – 2012-2016

Brasil/ Região/UF	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	18,3%	18,1%	17,6%	17,1%	16,6%
Norte	21,9%	21,7%	20,4%	20,1%	20,2%
Rondônia	20,1%	21,1%	19,5%	19,6%	21,9%
Acre	22,9%	26,3%	24,9%	25,5%	24,6%
Amazonas	18,0%	18,4%	15,4%	15,1%	17,2%
Roraima	12,9%	17,4%	14,1%	13,7%	16,3%
Pará	24,6%	23,4%	23,2%	22,5%	21,2%
Amapá	16,3%	17,1%	14,0%	14,3%	13,9%
Tocantins	24,0%	22,3%	22,6%	22,0%	22,3%
Nordeste	28,5%	27,8%	27,2%	26,7%	25,9%
Maranhão	31,0%	31,3%	28,7%	28,8%	27,6%
Piauí	33,6%	32,4%	32,3%	29,6%	28,6%
Ceará	28,1%	26,7%	26,4%	27,1%	26,8%
Rio Grande do Norte	24,1%	25,7%	26,0%	22,7%	23,1%
Paraíba	28,8%	29,3%	27,9%	27,1%	26,4%
Pernambuco	26,3%	24,5%	23,9%	24,6%	23,3%
Alagoas	32,5%	32,4%	32,6%	29,9%	29,9%
Sergipe	26,7%	27,0%	27,5%	26,3%	25,5%
Bahia	27,9%	26,8%	26,7%	25,9%	25,4%
Sudeste	13,2%	13,2%	12,7%	12,4%	11,5%
Minas Gerais	17,9%	17,7%	17,4%	16,8%	15,4%
Espírito Santo	15,3%	16,0%	15,4%	15,6%	15,3%
Rio de Janeiro	11,6%	11,7%	10,9%	10,9%	10,2%
São Paulo	11,5%	11,4%	11,0%	10,5%	9,9%
Sul	13,7%	14,1%	13,8%	13,4%	12,8%
Paraná	15,9%	15,6%	15,7%	15,4%	15,7%
Santa Catarina	11,2%	12,3%	11,5%	11,8%	11,2%
Rio Grande do Sul	13,2%	13,7%	13,3%	12,4%	11,0%
Centro-Oeste	16,5%	16,4%	16,1%	14,7%	15,9%
Mato Grosso do Sul	18,6%	18,7%	17,4%	17,0%	17,7%
Mato Grosso	18,5%	18,1%	18,3%	17,5%	19,2%
Goiás	17,5%	17,5%	17,6%	15,0%	16,6%
Distrito Federal	10,0%	9,8%	9,0%	9,1%	9,3%

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2012-2015) e Pnad contínua/IBGE (2016).



A diferença entre as taxas de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade por localização de residência – urbana e rural – manteve-se praticamente a mesma ao longo da série histórica de 2012 a 2015, embora nesse período tenha havido uma tendência de queda nas taxas em ambas as áreas: 2,2 p.p. para os residentes em áreas rurais e 1,0 p.p. para os residentes em áreas urbanas. Em 2016, a diferença entre as taxas de analfabetismo funcional dos dois grupos foi expressiva: 20,8 p.p. (Gráfico 6).

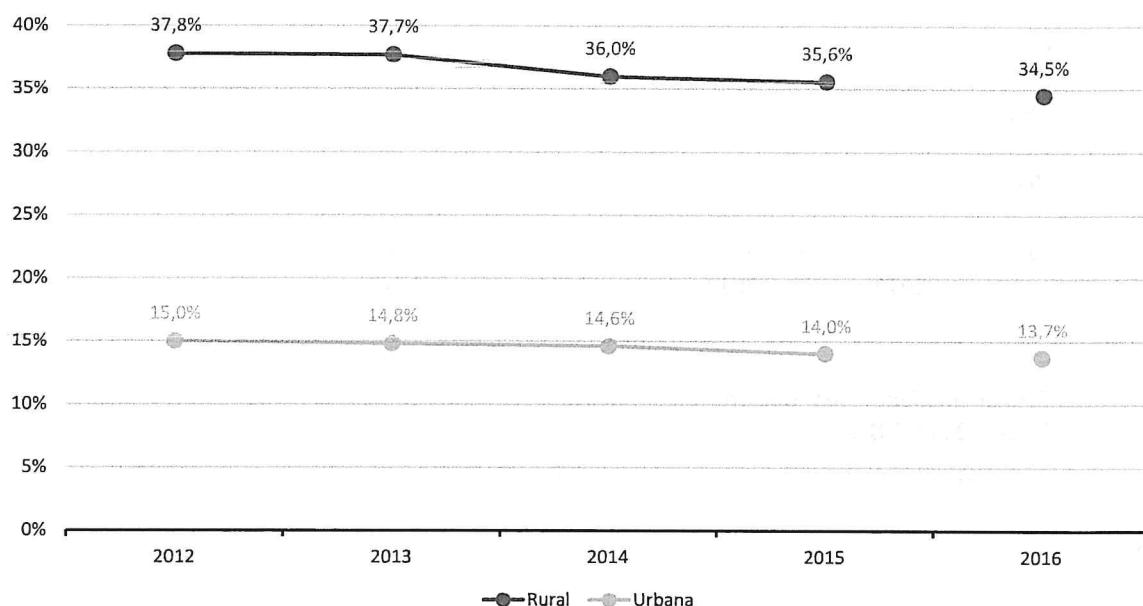


GRÁFICO 6 Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade, por localização de residência – Brasil – 2012-2016

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2012-2015) e Pnad contínua/IBGE (2016).

Quanto ao sexo – masculino e feminino –, não houve, de 2012 a 2016, significativa diferença entre as taxas de analfabetismo funcional da população. Em 2016, por exemplo, essa diferença foi de 1,2 p.p.: 17,2% para homens e 16,0% para mulheres.

Desagregando os dados por cor/raça, evidencia-se que, apesar da queda de 1,2 p.p. na diferença da taxa de analfabetismo entre as populações negra e branca, de 2012 para 2015, os negros com 15 anos ou mais de idade continuaram apresentando maior percentual de analfabetismo funcional do que os brancos, em 2016 (Gráfico 7).



META 9

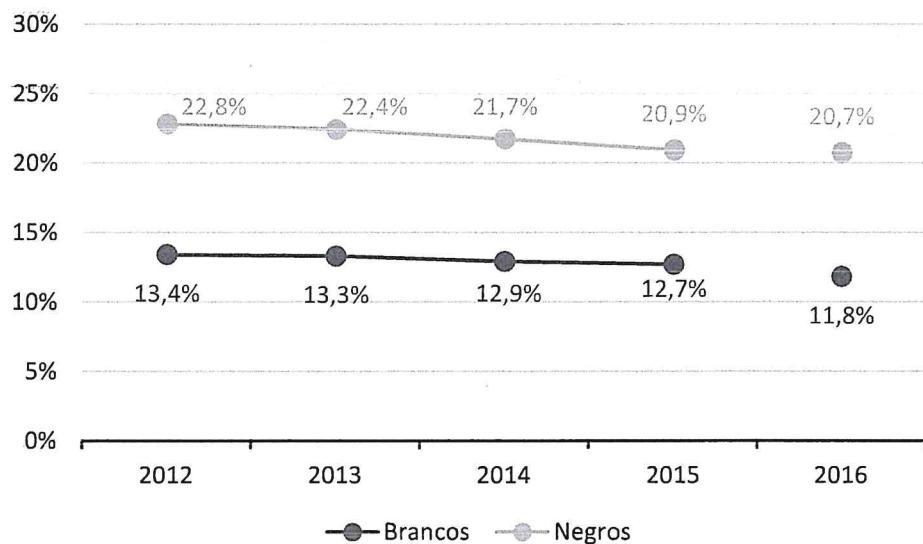


GRÁFICO 7 Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade, por cor/raça – Brasil – 2012-2016

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2012-2015) e Pnad contínua/IBGE (2016).

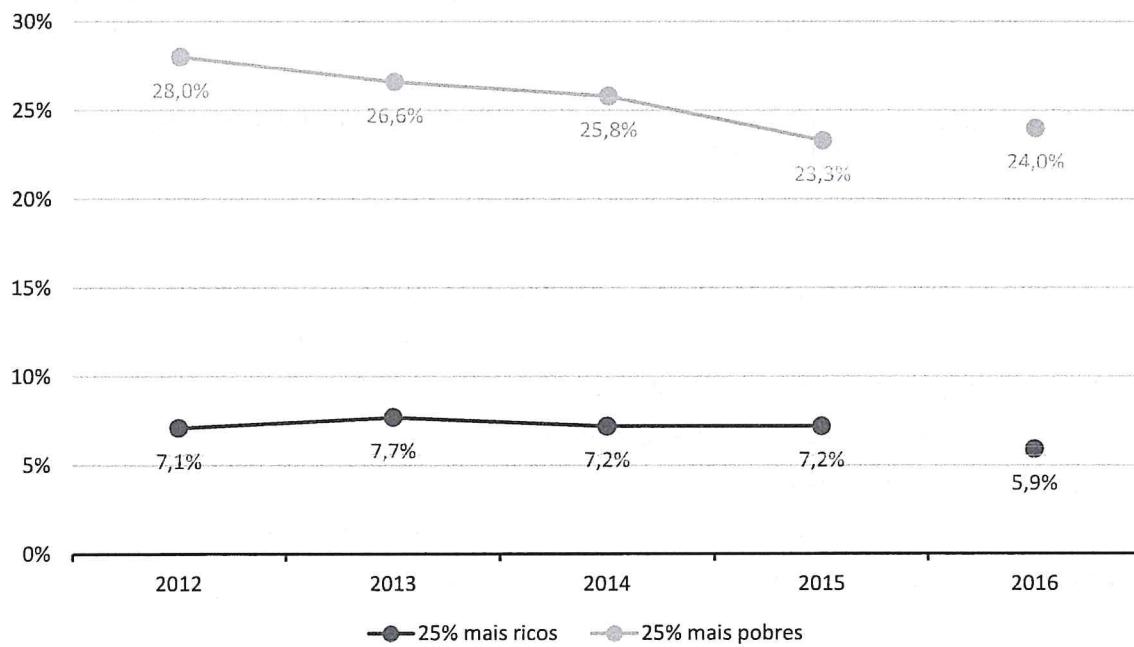
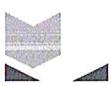


GRÁFICO 8 Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade, por quartil de renda mensal domiciliar *per capita* – Brasil – 2012-2016

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2012-2015) e Pnad contínua/IBGE (2016).



Em relação às taxas de analfabetismo funcional entre a população de 15 anos ou mais de idade dos quartis superior e inferior de renda mensal domiciliar *per capita* – isto é, dos 25% mais ricos e 25% mais pobres –, observa-se que, em 2016, a taxa de analfabetismo dos 25% mais pobres foi de 24,0%, ao passo que a dos 25% mais ricos foi de 5,9%, registrando uma diferença de 18,1 p.p. Na série histórica, a desigualdade entre esses grupos caiu 4,8 p.p.: de 20,9 p.p., em 2012, para 16,1 p.p., em 2015 (Gráfico 8).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Em 2017, a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade do País (Indicador 9A) foi de 93,0%, estando 0,5 p.p. abaixo da meta estabelecida para o ano de 2015 e 7,0 p.p. abaixo da proposta para 2024.
2. As taxas de alfabetização nas regiões Nordeste (85,5%) e Norte (92,0%) foram as menores, em 2017, mantendo-se abaixo da taxa do País em todo o período, ao contrário daquelas verificadas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.
3. As taxas de alfabetização em todos os estados da região Nordeste, bem como no Acre e no Tocantins, não chegaram a 90%, em 2017.
4. As taxas de alfabetização dos residentes nas áreas rurais (82,3%) mantiveram-se menores que as dos residentes nas áreas urbanas (94,8%), em 2017.
5. Persiste ainda a desigualdade entre as taxas de alfabetização de negros (90,7%) e brancos (96,0%), embora a diferença tenha diminuído no período de 2012 a 2017.
6. Prevalece também a desigualdade com relação à taxa de alfabetização dos 25% mais pobres (88,0%) e dos 25% mais ricos (98,0%), em 2016.
7. A taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade (Indicador 9B) seguiu uma tendência de queda no período de 2012 a 2015. Em 2016, ela atingiu 16,6%, distante, portanto, 7,4 p.p. da meta estabelecida para 2024 (9,2%).
8. As taxas de analfabetismo funcional nas regiões Norte e Nordeste foram as mais elevadas em 2016 (20,2% e 25,9%, respectivamente), mantendo-se acima da taxa nacional.
9. Todos os estados das regiões Sul e Sudeste atingiram, em 2016, taxas de analfabetismo funcional abaixo daquela observada para o País (16,6%), enquanto os estados do Nordeste apresentaram taxas superiores a 23,0%. Alagoas e Piauí registraram as maiores taxas: 29,9% e 28,6%, respectivamente, e Distrito Federal e São Paulo as menores: 9,3% e 9,9%, respectivamente.
10. As taxas de analfabetismo funcional dos residentes nas áreas rurais (34,5%) e dos negros (20,7%), em 2016, são significativamente maiores que as dos residentes nas áreas urbanas (13,7%) e dos brancos (11,8%), respectivamente.
11. Verifica-se grande desigualdade entre as taxas de analfabetismo funcional dos 25% mais ricos (5,9%) e dos 25% mais pobres (24,0%), em 2016. A taxa de analfabetismo funcional do grupo dos mais pobres é quatro vezes maior do que a do grupo dos mais ricos. Não obstante, a diferença entre esses grupos caiu 5,0 p.p., entre 2012 a 2015.



REFERÊNCIAS

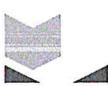
BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE*: biênio 2014- 2016. Brasília, DF: Inep, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)*: microdados 2004-2015. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/microdados.shtm>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua)*: microdados 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua – suplemento educação)*: microdados 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

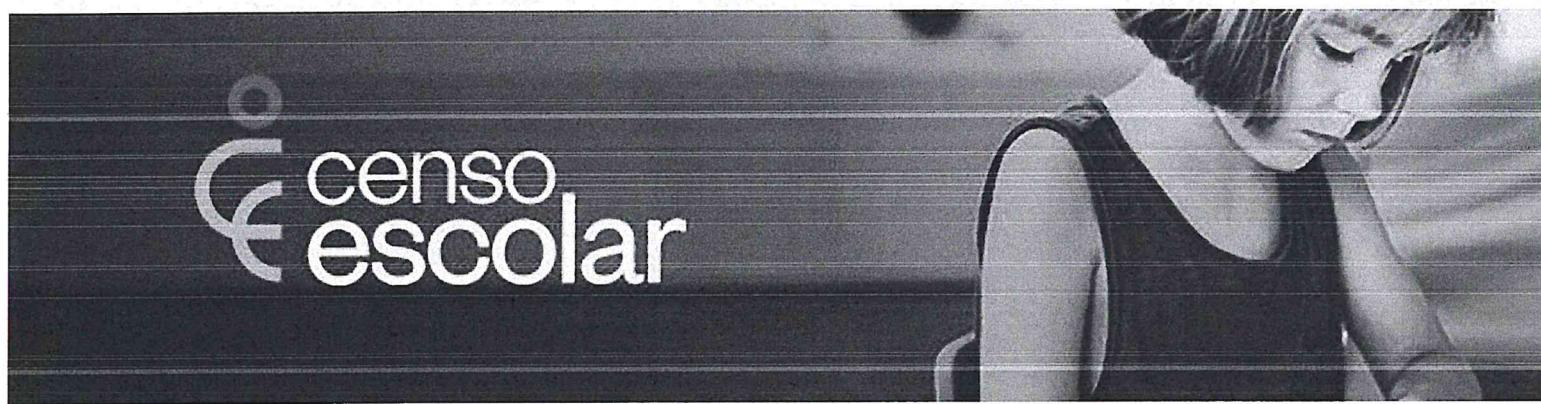




NOTAS ESTATÍSTICAS

Censo Escolar 2018

Brasília | DF | Janeiro de 2019



censo escolar

O Censo Escolar da Educação Básica é uma pesquisa realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, sendo obrigatória aos estabelecimentos públicos e privados de educação básica, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 6.425/2008. As notas estatísticas têm por objetivo ser um instrumento inicial de divulgação com destaques relativos às informações de alunos (matrículas), docentes e escolas coletadas no Censo Escolar da Educação Básica 2018. Para ampliar o potencial de análise, o Instituto também disponibilizará os microdados da pesquisa, a Sinopse Estatística e um resumo técnico com resultados mais detalhados.

MATRÍCULAS

M1 No ano de 2018, foram registradas 48,5 milhões de matrículas nas 181,9 mil escolas de educação básica brasileiras, 1,3 milhão a menos em comparação com o ano de 2014, o que corresponde a uma redução de 2,6% no total de matrículas (Gráfico 1).

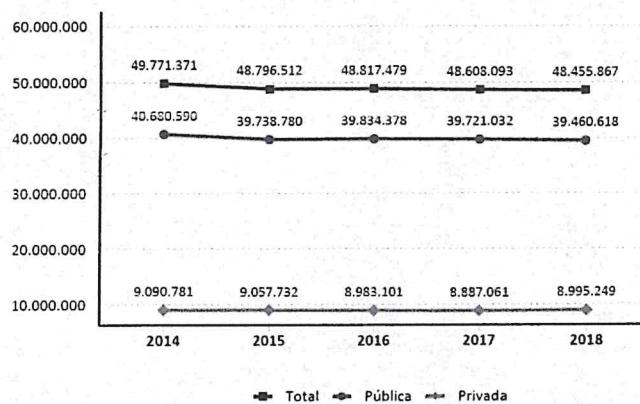


Gráfico 1 Total de matrículas na educação básica segundo a rede de ensino - Brasil - 2014 a 2018

- M2** As matrículas da educação básica são encontradas majoritariamente na área urbana (88,7%). Na rede privada, 99,0% das matrículas estão em escolas urbanas. Na rede pública, as escolas municipais são as que apresentam a maior proporção de matrículas em escolas rurais (19,5%), seguida das escolas estaduais, com 5,2% das matrículas.
- M3** O número de matrículas na educação infantil cresceu 11,1% de 2014 a 2018, atingindo 8,7 milhões em 2018. Esse crescimento foi decorrente principalmente do aumento das matrículas da creche.

M4 Em 2018 foram registradas 27,2 milhões de matrículas no ensino fundamental. Esse valor é 4,9% menor do que o número de matrículas registrado para o ano de 2014. A queda foi mais intensa no número de matrículas dos anos finais do que nos anos iniciais.

M5 A rede municipal é a principal responsável pela oferta dos anos iniciais do ensino fundamental (67,8% das matrículas) e nos anos finais, apesar do equilíbrio entre as redes municipais (42,8%) e estaduais (41,9%), a variação entre os estados é enorme (Gráfico 2).

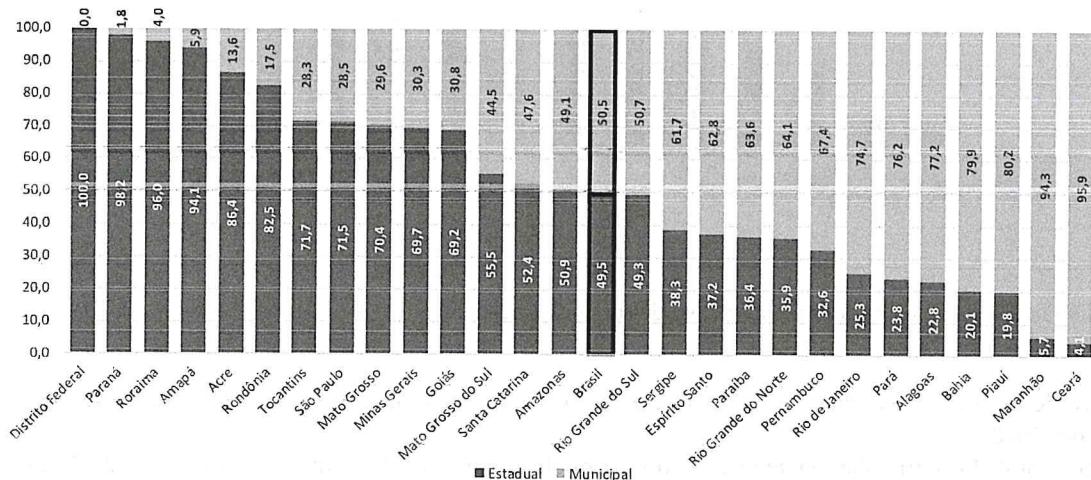


Gráfico 2 Distribuição da matrícula nos anos finais do ensino fundamental considerando apenas as redes estadual e municipal - Brasil – 2018

M6 Em 2018, 9,4% dos matriculados no ensino fundamental permaneceram 7h diárias ou mais em atividades escolares¹, caracterizando-os como alunos de tempo integral. Em 2017, o percentual foi de 13,9%. A proporção de matrículas de tempo integral é substancialmente menor na rede privada (2,2%) do que na rede pública (10,9%).

M7 Foram registradas 7,7 milhões de matrículas no ensino médio em 2018. O total de matrículas do ensino médio segue tendência de queda nos últimos anos, o que se deve tanto a redução da entrada proveniente do ensino fundamental (a matrícula do 9º ano teve queda de 8,3% de 2014 a 2018), quanto a melhoria no fluxo no ensino médio (a taxa de aprovação do ensino médio subiu 3,0 p.p. de 2013 a 2017). Nos últimos cinco anos o número total de matrículas do ensino médio reduziu 7,1%.

M8 A distorção idade-série² em classes comuns (não exclusivas de alunos com deficiência) se torna mais intensa a partir do terceiro ano do ensino fundamental e se acentua também no sexto ano do ensino fundamental e na primeira série do ensino médio. A taxa de distorção idade-série alcança 11,2% das matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental, 24,7% nos anos finais e 28,2% no ensino médio. Além disso, a taxa de distorção do sexo masculino é maior que a do sexo feminino em todas as etapas de ensino. A maior diferença entre os sexos é observada no sexto ano do ensino fundamental, onde a taxa de distorção idade-série é 31,6% para o sexo masculino e 19,2% para o sexo feminino (Gráfico 3).

¹ Considera a soma da duração da escolarização com a duração da atividade complementar.

² Expressa o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada.

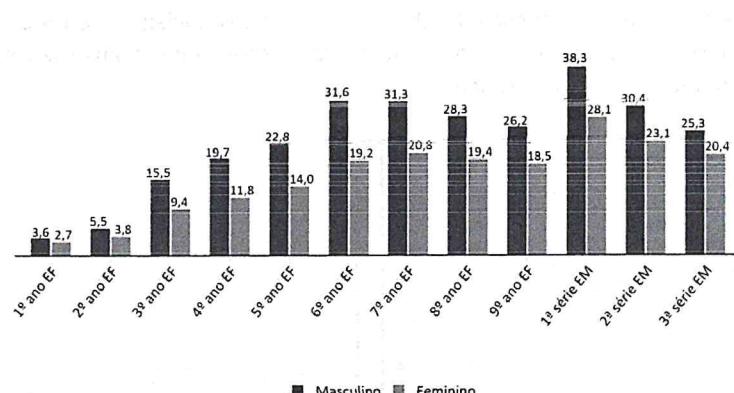


Gráfico 3 Taxa de distorção idade-série por etapas dos ensinos fundamental e médio segundo sexo - Brasil – 2018

M9 O número de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) diminuiu 1,5% no último ano, chegando a 3,5 milhões em 2018.

M10 O número total de matrículas da educação profissional aumentou 3,9% em relação ao ano de 2017. As modalidades que mais cresceram foram a concomitante e a integrada ao ensino médio, com 8,0% e 5,5% respectivamente (Gráfico 4).

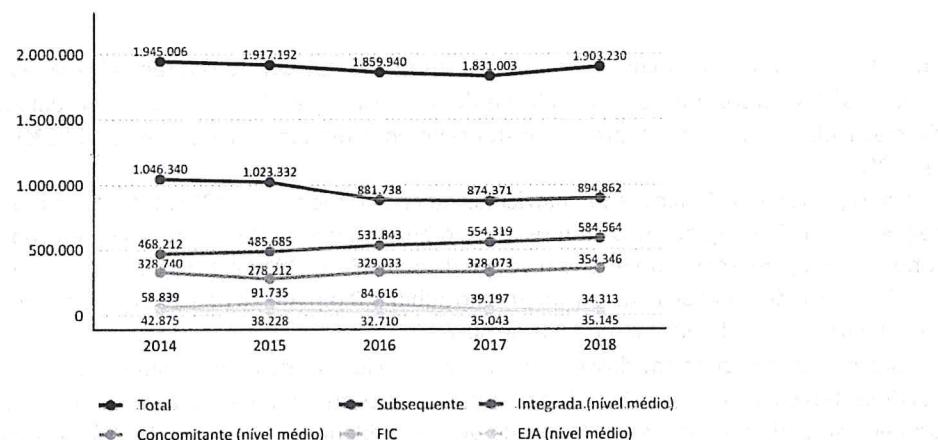


Gráfico 4 Número de matrículas na educação profissional - Brasil – 2018

M11 O número de matrículas da educação especial³ chegou a 1,2 milhão em 2018, um aumento de 33,2% em relação a 2014. Esse aumento foi influenciado pelas matrículas de ensino médio que dobraram durante o período.

M12 Considerando apenas os alunos de 4 a 17 anos da educação especial, verifica-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classe comum também vem aumentando gradativamente, passando de 87,1% em 2014 para 92,1% em 2018.

DOCENTES



- D1 Em 2018, foram registrados 2,2 milhões de docentes na educação básica brasileira. A maior parte desses docentes atua no ensino fundamental (62,9%), onde se encontram 1.400.716 docentes.
- D2 Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 78,5% têm nível superior completo (77,3% em grau acadêmico de licenciatura e 1,2% bacharelado), 6,3% estão cursando o ensino superior e 11,0% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 4,3% com nível médio ou inferior (Gráfico 5).

³ Matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação em classes comuns (incluídos) ou em classes especiais exclusivas.

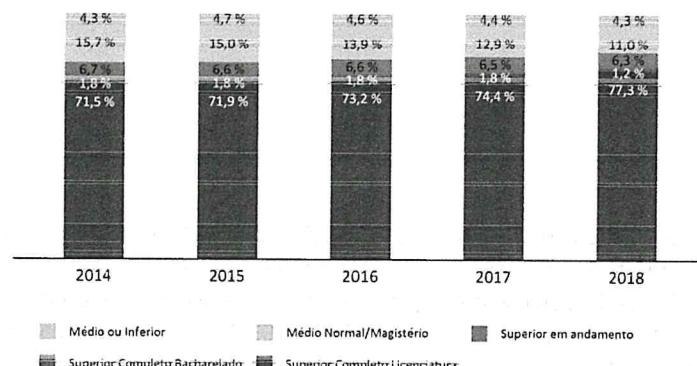
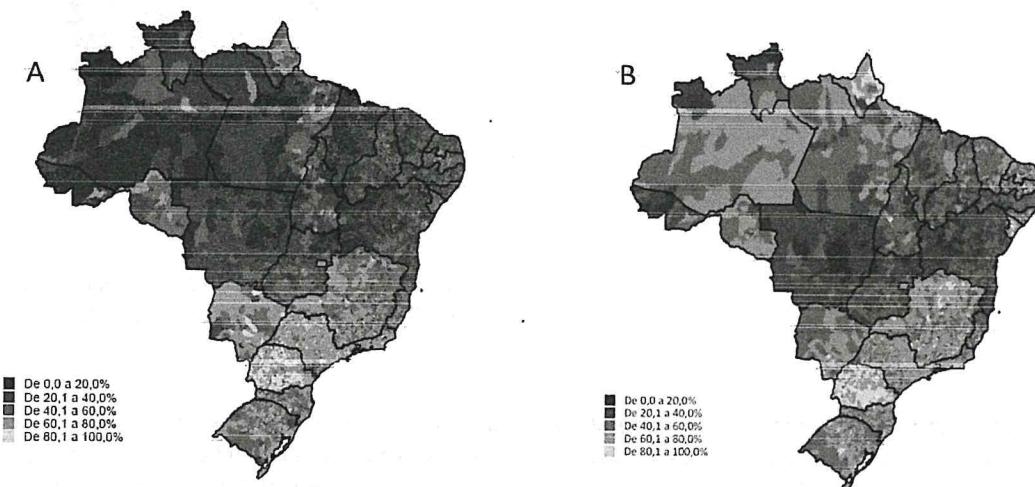


Gráfico 5 Escolaridade dos docentes dos anos iniciais do ensino fundamental - Brasil - 2014 a 2018

D3 O percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura na mesma área da disciplina (grupo 1 do Indicador de Adequação da Formação Docente⁴) nos anos finais do ensino fundamental, apresenta grande variação por região. De forma geral, as regiões norte, nordeste e grande parte da região centro-oeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada (Mapa 1 A). No ensino médio os menores percentuais de formação adequada foram observados para os estados da Bahia e Mato Grosso, enquanto que o Distrito Federal, o Paraná e o Amapá, se destacam positivamente (Mapa 1 B).



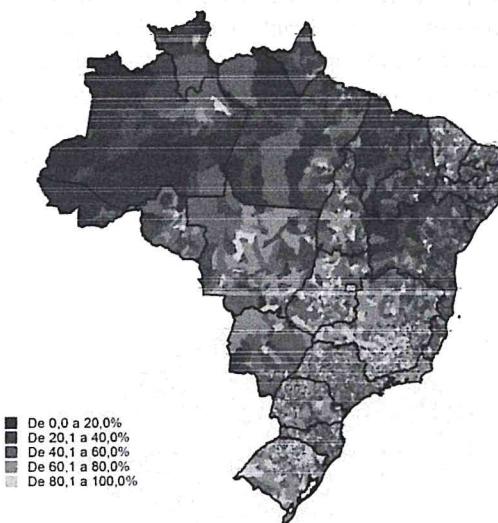
Mapa 1 Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou equivalente) na mesma área da disciplina (grupo 1 do indicador de adequação da formação docente): A) nos anos finais do ensino fundamental e B) no ensino médio por município - Brasil - 2018

⁴ O Indicador de Adequação da Formação Docente sintetiza a relação entre a formação inicial dos docentes de uma escola e as disciplinas que eles lecionam, considerando o ordenamento legal vigente. A relação dos cursos considerados adequados para cada disciplina encontra-se na nota técnica desse indicador, disponível na página do Inep (<http://portaldelinp.gov.br/web/euest/indicadores-educacionais>).

ESCOLAS

- E1 O Brasil conta, em 2018, com 181.939 escolas de educação básica. Desse total, a rede municipal é responsável por aproximadamente dois terços das escolas (60,6%), seguida da rede privada (22,3%).
- E2 Das escolas da educação básica, percebe-se que as etapas de ensino mais ofertadas são os anos iniciais do ensino fundamental e a pré-escola, com 112.146 (61,6%) e 103.260 (56,8%) escolas, respectivamente. O ensino médio, por outro lado, é ofertado por apenas 28.673 (15,8%) escolas.
- E3 Com relação ao porte, as escolas de pequeno porte (até 50 matrículas) são mais encontradas nas regiões norte e nordeste. Os estados com o maior percentual de escolas de pequeno porte são Acre, Roraima e Amazonas.

- E4 Em relação à infraestrutura, ao avaliar a disponibilidade de biblioteca ou sala de leitura nas escolas, um recurso pedagógico essencial para o aprendizado dos alunos, percebe-se que esse recurso é menos encontrado nas regiões norte e nordeste do país (Mapa 2).



Mapa 2 Percentual de escolas por município que apresentam biblioteca/sala de leitura - Brasil 2018

- E5 A disponibilidade de recursos tecnológicos (laboratório de informática, internet e internet banda larga) nas escolas de ensino médio é maior do que a observada para o ensino fundamental. Esses recursos são encontrados em mais de 60% das escolas em todas as dependências administrativas. Biblioteca ou sala de leitura está presente em mais de 80,0% em todas as dependências administrativas, passando de 90,0% nas redes federais e privadas. Outros recursos relacionados à infraestrutura podem ser encontrados no Gráfico 6.

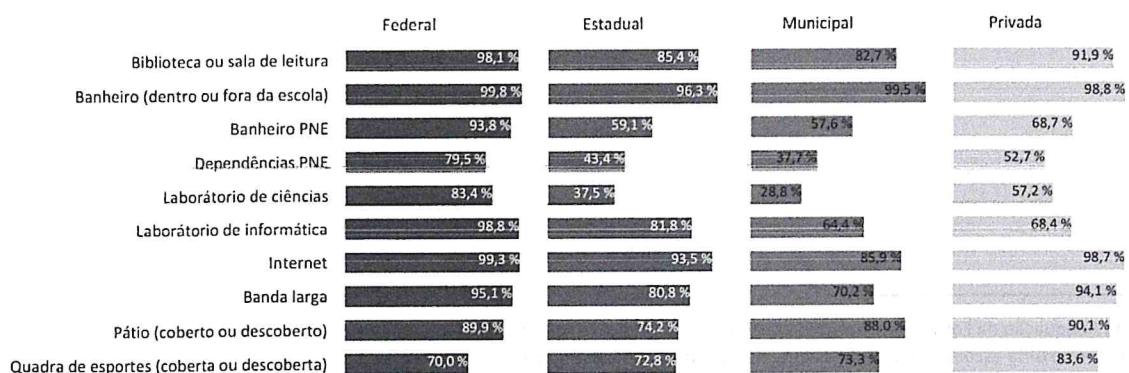


Gráfico 6 Recursos relacionados à infraestrutura disponíveis nas escolas de ensino médio - Brasil - 2018

TABELA DE CADA DESTAQUE	CATEGORIAS NA LINHA	CATEGORIAS NA COLUNA						
		DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA						
Tabela M1 - Número de matrículas da educação básica, segundo ano	Ano	Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada	
		2014	49.771.371	40.680.590	296.745	17.294.357	23.089.488	9.090.781
	Localização da escola	2015	48.796.512	39.738.780	376.230	16.548.708	22.813.842	9.057.732
		2016	48.817.479	39.834.378	392.565	16.595.631	22.846.182	8.983.101
	Urbana	2017	48.608.093	39.721.032	396.482	16.222.814	23.101.736	8.887.061
		2018	48.455.867	39.460.618	411.078	15.946.416	23.103.124	8.995.249
Tabela M2 - Número de matrículas da educação básica, segundo localização da escola - 2018	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA							
	Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada		
	Urbana	42.982.279	34.075.674	355.937	15.116.036	18.603.701	8.906.605	
Tabela M3-M4 - Número de matrículas da educação infantil e ensino fundamental, segundo ano	Ano	ETAPA DE ENSINO						
		Educação infantil			Ensino fundamental			
	Total	Creche	Pré-escola	Total	Anos iniciais	Anos finais		
		2014	7.869.869	2.897.928	4.971.941	28.571.512	15.805.134	12.766.378
	Anos iniciais	2015	7.972.230	3.049.072	4.923.158	27.931.210	15.562.403	12.368.807
		2016	8.279.104	3.238.894	5.040.210	27.691.478	15.442.039	12.249.439
	Anos finais	2017	8.508.731	3.406.796	5.101.935	27.348.080	15.328.540	12.019.540
		2018	8.745.184	3.587.292	5.157.892	27.183.970	15.176.420	12.007.550
Tabela M5 - Número de matrículas dos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental - 2018	Etapa de ensino	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA						
		Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada	
	Anos iniciais	15.176.420	12.322.182	7.251	2.030.885	10.284.046	2.854.238	
	Anos finais	12.007.550	10.189.657	15.070	5.031.427	5.143.160	1.817.893	
Tabela M6 - Percentual de matrículas em tempo integral no ensino fundamental, segundo ano	Ano	ETAPA DE ENSINO E REDE						
		Ensino fundamental			Ensino médio			
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada		
		2014	15,7%	18,2%	2,4%	5,4%	5,7%	3,3%
	Masculino	2015	16,7%	19,4%	2,5%	5,9%	6,3%	3,5%
		2016	9,1%	10,5%	2,0%	6,4%	6,7%	3,8%
	Feminino	2017	13,9%	16,3%	2,1%	7,9%	8,4%	3,9%
		2018	9,4%	10,9%	2,2%	9,5%	10,3%	4,0%
Tabela M7 - Número de matrículas do ensino médio, segundo ano	Ano	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA						
		Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada	
	2014	8.301.380	7.230.490	146.733	7.027.197	56.560	1.070.890	
	2015	8.076.150	7.026.248	155.925	6.819.430	50.893	1.049.902	
	2016	8.133.040	7.118.426	171.566	6.897.145	49.715	1.014.614	
	2017	7.930.384	6.960.072	191.523	6.721.181	47.368	970.312	
Tabela M8 - Taxa de distorção idade-série, segundo sexo - 2018	Sexo	ETAPA DE ENSINO E REDE						
		Ensino fundamental			Ensino médio			
	Total	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	
		2014	17,2%	19,7%	4,9%	28,2%	31,1%	7,4%
	Masculino	2015	20,7%	23,6%	6,1%	32,2%	35,4%	9,2%
		2016	13,4%	15,5%	3,7%	24,5%	27,1%	5,7%
Tabela M9 - Número de matrículas da educação de jovens e adultos, segundo ano	Ano	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA						
		Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada	
	2014	3.653.530	3.446.332	12.998	1.863.355	1.569.979	207.198	
	2015	3.491.869	3.236.872	11.892	1.761.943	1.463.037	254.997	
	2016	3.482.174	3.273.439	11.813	1.917.220	1.344.406	208.735	
	2017	3.598.716	3.380.008	12.611	1.970.961	1.396.436	218.708	
Tabela M10 - Número de matrículas da educação profissional, segundo ano	Ano	MODALIDADE						
		Total	Ensino médio			FIC		
	Total	Integrada	Prof. conc.	Prof. sub.	EJA			
		2014	1.945.006	468.212	328.740	1.046.340	42.875	58.839
	2015	1.917.192	485.685	278.212	1.023.332	38.228	91.735	
	2016	1.859.940	531.843	329.033	881.738	32.710	84.616	
	2017	1.831.003	554.319	328.073	874.371	35.043	39.197	
	2018	1.903.230	584.564	354.346	894.862	35.145	34.313	

TABELA DE CADA DESTAQUE	CATEGORIAS NA LINHA	CATEGORIAS NA COLUNA					
		Ano	ETAPA DE ENSINO				
			Total	Educ. inf.	Ens. fund.	Ens. méd.	Prof. con/sub
Tabela M11 - Número de matrículas da educação especial, segundo ano		2014	886.815	61.374	652.473	57.754	3.251
		2015	930.683	64.048	682.667	65.757	3.306
		2016	971.372	69.784	709.805	75.059	2.899
		2017	1.066.446	79.749	768.360	94.274	3.548
		2018	1.181.276	91.394	837.993	116.287	5.313
Tabela M12 - Percentual de alunos de 4 a 17 anos da educação especial incluídos em classes comuns, segundo ano		Ano	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				
			Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal
		2014	87,1%	95,2%	67,4%	95,5%	95,2%
		2015	88,4%	95,8%	73,4%	96,1%	95,8%
		2016	89,5%	96,3%	79,6%	96,6%	96,2%
Tabela D1 - Número de docentes, segundo ano		2017	90,9%	96,8%	82,1%	97,4%	96,6%
		2018	92,1%	97,3%	86,7%	98,0%	97,1%
		Ano	ETAPA DE ENSINO				
			Total	Educ. inf.	Ens. fund.	Ens. méd.	Prof. con/sub
		2014	2.184.267	502.445	1.425.316	522.426	84.171
		2015	2.187.154	518.308	1.415.588	522.826	81.400
		2016	2.196.397	540.567	1.413.495	519.883	74.862
		2017	2.192.224	557.541	1.399.114	509.814	70.985
		2018	2.226.423	589.893	1.400.716	513.403	72.146
Tabela D2 - Número de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental, segundo ano		Ano	ESCOLARIDADE				
			Total	Médio ou inferior	Méd. normal /magistério	Sup. em andamento	Sup. comp. bacharelado
		2014	757.950	4,3%	15,7%	6,7%	1,8%
		2015	758.840	4,7%	15,0%	6,6%	1,8%
		2016	763.927	4,6%	13,9%	6,6%	1,8%
		2017	761.737	4,4%	12,9%	6,5%	1,8%
		2018	762.884	4,3%	11,0%	6,3%	1,2%
Tabela D3 - Percentual de disciplinas ministradas por professores com formação superior de licenciatura na mesma área segundo etapa - 2018		Etapa de ensino	REGIÃO				
			Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
		Ensino fundamental	58,0%	50,8%	41,2%	69,1%	70,3%
		Anos iniciais	63,1%	61,6%	48,1%	69,9%	72,9%
		Anos finais	51,7%	39,9%	33,6%	68,1%	67,3%
		Ensino médio	61,9%	63,0%	51,7%	67,7%	70,6%
Tabela E1 - Número de escolas, segundo localização - 2018		Localização da escola	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				
			Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal
		Total	181.939	141.298	701	30.377	110.220
		Urbana	124.330	84.344	609	25.034	58.701
		Rural	57.609	56.954	92	5.343	51.519
Tabela E2 - Número de escolas, segundo etapa de ensino - 2018		Etapa de ensino	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				
			Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal
		Educ. infantil	115.195	82.385	23	842	81.520
		Anos iniciais	112.146	88.679	26	11.422	77.231
		Anos finais	62.009	48.266	39	19.099	29.128
		Ensino médio	28.673	20.379	577	19.611	191
Tabela E3 - Percentual de escolas de pequeno porte (até 50 matrículas), segundo localização da escola - 2018		Localização da escola	REGIÃO				
			Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
		Total	21,4%	36,7%	26,3%	14,4%	17,8%
		Urbana	8,4%	3,7%	5,8%	9,8%	12,3%
		Rural	49,6%	56,8%	48,2%	49,4%	44,3%
Tabela E4 - Percentual de escolas com biblioteca/sala de leitura, segundo Região - 2018		Região	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				
			Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal
		Total	51,2%	45,7%	96,3%	79,3%	36,1%
		Norte	32,5%	28,4%	95,0%	59,0%	20,7%
		Nordeste	40,9%	33,1%	94,4%	72,1%	27,2%
		Sudeste	61,5%	61,2%	96,0%	88,5%	50,5%
		Sul	64,2%	61,8%	99,2%	82,0%	52,8%
		Centro-Oeste	63,2%	56,9%	100,0%	82,8%	41,3%

TABELA DE CADA DESTAQUE	CATEGORIAS NA LINHA	CATEGORIAS NA COLUNA					
		DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA					
Recurso	Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada	
Tabela E5.1 - Disponibilidade (%) de recursos relacionados à infraestrutura nas escolas de <u>ensino fundamental</u> - 2018	Bib./sala de leitura	55,1%	48,9%	95,7%	80,3%	40,1%	81,6%
	Banheiro (dentro/fora)	95,7%	95,1%	100,0%	94,5%	95,2%	98,4%
	Banheiro PNE	41,8%	38,6%	76,6%	53,7%	34,3%	55,6%
	Dependências PNE	31,2%	28,0%	63,8%	40,7%	24,4%	44,7%
	Lab. de ciências	11,5%	8,0%	95,7%	24,4%	3,4%	26,3%
	Lab. de informática	44,3%	43,9%	95,7%	75,4%	35,0%	46,1%
	Internet	69,6%	63,4%	95,7%	89,8%	55,9%	96,0%
	Banda larga	57,6%	50,7%	91,5%	76,9%	43,3%	86,8%
	Pátio (cob./desc.)	68,5%	63,9%	97,9%	71,6%	61,8%	87,9%
	Quad. esp. (cob./desc.)	42,0%	37,8%	95,7%	65,8%	30,0%	59,7%
Tabela E5.2 - Disponibilidade (%) de recursos relacionados à infraestrutura nas escolas de <u>ensino médio</u> - 2018	Recurso	Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
	Bib./sala de leitura	87,5%	85,7%	98,1%	85,4%	82,7%	91,9%
	Banheiro (dentro/fora)	97,1%	96,4%	99,8%	96,3%	99,5%	98,8%
	Banheiro PNE	62,5%	60,0%	93,8%	59,1%	57,6%	68,7%
	Dependências PNE	46,8%	44,3%	79,5%	43,4%	37,7%	52,7%
	Lab. de ciências	44,1%	38,8%	83,4%	37,5%	28,8%	57,2%
	Lab. de informática	78,1%	82,1%	98,8%	81,8%	64,4%	68,4%
	Internet	95,1%	93,6%	99,3%	93,5%	85,9%	98,7%
	Banda larga	84,9%	81,1%	95,1%	80,8%	70,2%	94,1%
	Pátio (cob./desc.)	79,2%	74,8%	89,9%	74,2%	88,0%	90,1%
	Quad. esp. (cob./desc.)	75,9%	72,8%	70,0%	72,8%	73,3%	83,6%

